MAR DE LAMA

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

Minas comove-se diante da tragédia. Bento Rodrigues, poético e bucólico recanto próximo a Mariana, transforma-se de repente numa fantasmagórica realidade de lama, casas destruídas, mortos e feridos.

Diante desta cena trágica, que mais parece imagem da 2ª Guerra Mundial, surgem agora dolorosas perguntas em relação ao futuro: vai ser reconstruído o lugarejo? E a igrejinha do fim do século 18, a escolinha onde se ensinava com amor os primeiros passos da ciência ao aluno carente, cujo pai é um humilde trabalhador que constrói com seu trabalho a riqueza das multinacionais?

A realidade que temos diante de nossos olhos mostra mais uma vez a verdade da afirmativa de Schopenhauer: a natureza só tem consideração com a espécie humana, enquanto gênero, para garantir sua propagação. Do homem em si ela não cuida. Seu destino está nas mãos do incerto minuto que passa rápido pela vida. Não se sabe se amanhã viveremos, teremos saúde nem se vamos gozar o que construímos com nosso trabalho e esforço pessoal. A incerteza acompanha os passos do homem pela vida.

Vemos pela imprensa o rosto banhado em lágrimas de um povo que, além de pobre, perdeu o pouco que tinha. O recomeço, como eles dizem com voz embargada, é mesmo do nada. Será grande a luta sem muitas esperanças. Quando não se pode agir ou reagir com a razão, o jeito é esperar pela solução da própria vida, que sempre tarda e não mitiga a dor da espera e da privação.

Agora todos temos o direito de perguntar: foi só a natureza ou houve falhas humanas no fatídico acontecimento? A empresa ou empresas cuidaram da obrigação de prevenir para evitar o risco? Tomaram medidas por demais conhecidas na ciência para impedir rompimentos de líquidos retidos? Se forem responsáveis, como vão reparar o que ficou tão tragicamente destruído?

Esperamos agora, neste instante em que o Brasil presencia grandes transformações institucionais, com donos de multinacionais presos e corruptos responsabilizados, que os fatos sejam realmente apurados. Valerão como exemplo para o futuro. O empreendedor brasileiro tem que aprender que a grande empresa é um local de risco permanente. Nela atuam diferentes e perigosas montagens técnicas de diferentes naturezas, que podem provocar acidentes, matar trabalhadores e destruir cidades. Se tais aspectos não são considerados, as empresas podem transformar-se em agentes de destruição e não construção.

O Ministério Público promete ação rápida. Vai atuar com 10 técnicos e 15 promotores para esclarecer as razões da tragédia. Sua ação será de fundamental importância. Minas tem hoje 735 barragens, algumas sem garantia de estabilidade e outras com licença inconclusa. Mas todas em atividade. Um absurdo. Não podemos aguardar a próxima tragédia para agir.

É de esperar agora que o Judiciário, pela renovação que hoje está vivendo, responsabilize quem for culpado e dê resposta rápida à expectativa de justiça que dele aguarda toda a sociedade. Os humildes, como de sempre, são os que mais sofrem. A Justiça é sua última esperança.